


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0024028-66.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Depósito - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Omni Sa Credito Financiamento e Investimento**  
 Requerido: **Manoel da Silva Teles**

Juiz de Direito: Dr **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 2.375/12

Vistos etc.

OMNI S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, já qualificada, ajuizou a presente ação de Busca e Apreensão contra MANOEL DA SILVA TELES, também qualificado, alegando que celebrou com o requerido em 31 de agosto de 2011, Contrato de Abertura de Crédito com Alienação Fiduciária em garantia (Cédula de Crédito Bancário), sob nº 1.00358.0000392.11, no valor de R\$8.000,00 (*oito mil reais*), que seria resgatado através do pagamento de quarenta e oito (48) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$374,19 (*trezentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos*), garantido por alienação fiduciária do veículo marca/modelo Renault, Megane Hatch RN 1.6, 8v, gasolina, 4 portas (básico), tipo 1, ano 1998, cor prata, placa CNA0905, chassi nº 8A1B64FNZWS004235.

Ocorreu que o requerido deixou de efetuar o pagamento das parcelas, mesmo ciente de que o inadimplemento implicaria no vencimento antecipado de toda dívida, o que importou no débito de R\$9.744,53 (*nove mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos*).

Constituído o réu em mora, nos termos da notificação de fls. 09, pediu liminarmente a busca e apreensão do veículo dado em garantia e a condenação do requerido nas verbas de sucumbência.

Concedida a liminar, o veículo não foi encontrado em poder do requerido, motivo pelo qual, a requerimento da autora, a ação foi convertida em ação de depósito.

Regularmente citado, o réu contestou o pedido não negando o inadimplemento, mas aduzindo abusividade na cobrança de juros e encargos contratuais pela instituição financeira, de modo que não pode mais honrar com o pagamento das parcelas. No mérito sustentou que sendo pessoa simples, transferiu a posse do veículo para terceira pessoa, na medida em que passou por dificuldades financeiras e deixou de trabalhar, pugnando pela improcedência da ação.

A autora replicou requerendo o julgamento da lide.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo dispõe os parágrafos 2º e 4º, do artigo 3º, do Decreto Lei nº 911/69, o réu somente pode alegar na contestação “o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais”, e sendo o pedido contestado ou não “o juiz dará sentença de plano” (v. RESTIFFE NETO, *Garantia Fiduciária*, 2ª ed., RT 1976, nº 114, pág. 406). Na mesma direção


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

encontram-se a Doutrina e a jurisprudência (cf, p. ex., MOREIRA ALVES, *Da Alienação Fiduciária em Garantia*, 2ª Ed., Forense, 1979, IV, 3, páginas 164 e 169; ORLANDO GOMES, *Alienação Fiduciária em Garantia*, 4ª Ed., RT, 1975, n.º 94, págs. 128 e 129).

Assim, cabe ao réu alegar e provar o pagamento do contrato ou cumprimento de suas obrigações, como estipulado na determinação legal. Vê-se, na resposta, que não é isso que faz o réu, que confessou o débito e discute as cláusulas do contrato. Preliminarmente, deve ficar consignado que a venda ou consignação do veículo pelo réu a terceiro é ato estranho à relação fiduciária (*aliás, é mais precisamente ato de infração à relação em questão*), configurando ato de entrega da posse do bem *voluntariamente* pelo depositário, contrariando os termos do depósito contratado, bem como a legislação civil aplicável à espécie (*vide arts. 1.265 e segts., Código Civil de 1916*).

No mérito, tem-se que, enquanto depositário do bem, não poderia ter entregue sua posse a terceiro por implicar em afronta clara aos termos do depósito contratado, bem como a legislação civil aplicável à espécie (*novamente, arts. 1.265 e segts., Código Civil de 1916*), sendo estas relações de disputa possessória *res inter alios acta* no que respeita à autora, credora fiduciária, de modo que resolve-se a relação fiduciária, porquanto decorrente de situação de fato criada por culpa exclusiva do depositário, no caso, o réu. O depósito se acha quebrado e o reconhecimento da infidelidade por parte do réu é clássica, *data maxima venia* da combatividade de seu nobre procurador.

Destarte, reconhecida a mora e não apresentado o bem ou o equivalente em dinheiro, de rigor se afigura o acolhimento da demanda, para determinar ao réu que, em cumprimento do contrato, apresente o equivalente em dinheiro, sob pena de “*processar-se a execução por quantia certa de sentença pelo equivalente em dinheiro, neste, compreendendo a estimação do valor atual do bem no mercado*” (cf. REsp 269.293/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 20/08/2001, p. 345).

Com tais considerações, acolhe-se a presente ação, impondo-se ao réu, que sucumbe na maior parte, arcará com as despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência DETERMINO ao réu, MANOEL DA SILVA TELES, apresente nos autos o equivalente em dinheiro do veículo marca/modelo Renault, Megane Hatch RN 1.6, 8v, gasolina, 4 portas (básico), tipo 1, ano 1998, cor prata, placa CNA0905, chassi nº 8A1B64FNZWS004235, sob pena de que possa a autora, OMNI CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, liquidar a obrigação e prosseguir em execução por quantia certa, na forma regulada pelo art. 906 do Código de Processo Civil; e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 09 de maio de 2014.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---